AMBIENTE & EDUCAÇÃO
Revista de Educação Ambiental
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
ISSN - 1413-8638 E-ISSN - 2238-5533

Vol. 20, n. 1, 2015.

EDUCAÇÃO E A CRISE AMBIENTAL: O ESPAÇO DO MEIO AMBIENTE NAS AULAS DE HISTÓRIA

Jean Mac Cole Tavares Santos[1], Francisco das Chagas Silva Souza[2]

RESUMO

A atual crise socioambiental caracteriza-se pela dificuldade ou impossibilidade de perceber, prever, calcular e compensar os novos riscos produzidos pela modernidade industrial e técnico-científica. Diante disso, a educação ambiental passa a ser considerada um mecanismo capaz de transformar a relação homem-natureza, instituindo ética e valores morais novos. No Brasil, ela deverá ser trabalhada como um dos temas transversais. Assim, acrescenta-se, hoje, para o professor de História, o desafio de trazer a temática ambiental para suas aulas, de forma interdisciplinar, com o objetivo de formar cidadãos críticos e com valores e atitudes capazes de empreender mudanças no atual contexto histórico em que vive.

Palavras-chave: Currículo – Educação Ambiental – Ensino de História.

ABSTRACT

The present socio-environmental crisis is characterized by the difficulty or impossibility in noticing, foreseeing, calculating and compensating for the new risks which are produced by the industrial and techno-scientific modernity. Considering this, the environmental education is considered a mechanism which is able to transform the man-nature relationship, generating ethic and new moral values. In Brazil, the environmental education should be developed as a transversal subject. Thus, nowadays, the History teacher faces the challenge of bringing the environmental subject to his classes in an interdisciplinary way so that he can form critic citizens who can have values and attitudes which are able to undertake changes in the present historical context where they live.

Keywords: Curriculum; Environmental Education; History teaching.

[1] Possui graduação em História (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE - 1995), especialização em teoria e metodologia da História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA - 1997), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ - 2000), doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB - 2007), com estágio doutoral na Universidade de Valência (UV - Valência, Espanha), e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPED), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a supervisão de Alice Casimiro Lopes. É professor adjunto 4 do Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

[2] Doutor em Educação, Professor associado IFRN e Docente permanente do PPGEP.

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN - 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 20, n.1, p. 17-27 , 2015

INTRODUÇÃO

O contínuo e renovado movimento dos historiadores em direção ao que se convencionou chamar de 'história do tempo presente' (LACOUTURE, 2007) ou como 'história imediata' (LE GOFF, 1994), tratando de temas contemporâneos à vida dos historiadores, com todas as suas especificidades, dificuldades, restrições e possibilidades, tem dado sinais claros da pertinência desse tipo de intervenção e de pesquisa sobre a realidade histórica (SANTOS, 2009). Enfrentando a desconfiança de se tratar de mais um modismo, como denunciou Ciro Flamarion Cardoso (FONTES, 2005), a história do presente foi construindo seu itinerário, suas teorias, suas metodologias, seu próprio campo, no diálogo conflitivo entre o 'próximo' e o 'distante', assumindo que "toda história é história contemporânea" (HOBSBAWN, 1998), mesmo mantendo a recusa e a sempre armada indisposição de muitos historiadores que consideram, ou tem a ilusão, do afastamento e do distanciamento temporal como imprescindíveis para a reflexão histórica.

No entanto, mesmo não sendo possível vislumbrar qual o futuro da abordagem do presente, parece certo que alguns temas, bem como alguns métodos e técnicas, são favorecidas (e alguns mesmos só são possíveis) por causa da proximidade temporal e da presença contemporânea do historiador. Por exemplo: as 'novidades' que se constituíram como marco da sociedade contemporânea, como a intensificação da revolução tecnológica, seus usos cotidianos e, por conseguinte, as relações estabelecidas a partir daí, são possíveis por estarmos absorvidos no meio do turbilhão de acontecimentos. É o sentimento de Danton ao ser levado ao cadafalso (LACOUTURE, 2007). Desse modo, o que seria um grande problema, como pensa Lagrou (2009), se constitui também como uma grande e única possibilidade, pois, se não há clareza sobre os efeitos e rumos dos acontecimentos, várias são as possibilidades oriundas dessa proximidade.

A partir daí, consideramos que a crise ambiental é um tema necessário e só possível para a história do tempo presente. A urgência do presente, referência de Klabin (2010) para a crise ambiental global que põe em xeque a possibilidade de futuro para a humanidade e para boa parte da vida terrena atualmente conhecida, é também a abordagem urgente para os historiadores contemporâneos, para os historiadores da história imediata. Diante da dimensão da questão da crise ambiental, optamos, neste

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 20, n. 1, p. 17-27, 2015

artigo, por pensar alguns elementos da relação entre o ensino de história e a educação ambiental.

No contexto da pesquisa, consideramos o fato de que, nas últimas décadas, tem se agravado os efeitos da consolidação da economia urbano-industrial, fundamentada num modelo de desenvolvimento baseado no crescimento ilimitado e no consumismo exacerbado, atingindo toda a população e, de forma mais específica e contundente, os jovens em processo de formação e de consolidação de valores. Não é por acaso, portanto, que problemas ambientais como aquecimento global, redução da camada de ozônio, poluições, desflorestamento, redução da biodiversidade, dentre outros, estejam na ordem do dia, ocupando os espaços escolares, tomando boa parte do currículo escolar, buscando mecanismos de contraposição pelo princípio educacional.

A intensidade da crise ambiental no século XX, assim, permitiu a organização do movimento ambientalista em todo mundo e, como efeito, a partir dos anos 70, realizaram-se encontros internacionais, intergovernamentais e interinstitucionais que, quase sempre, colocavam a escola no centro da questão (CARVALHO, 2004). Nesses eventos, a educação passa a ser percebida como uma das estratégias para controlar o processo de destruição da natureza. A ela foi incorporado mais um esforço: o de contribuir para a criação de modelos alternativos que possam minimizar os efeitos destruidores dos seres humanos sobre a natureza. Todavia, para que isso ocorra com êxito, faz-se necessária a contribuição dos diversos campos científicos, o que significaria romper com uma longa tradição cartesiana que consolidou os conhecimentos compartimentados e fechados em si mesmos.

Haja vista a atual conjuntura planetária e as revisões nas propostas curriculares, nas últimas décadas, com a inclusão da temática meio ambiente como tema transversal, o objetivo desse artigo é discutir a possibilidade e a necessidade de o ensino de História contribuir, de forma interdisciplinar, para a formação de indivíduos éticos e conscientes da necessidade de se repensar a relação homem-natureza. Nossa discussão, dada a amplitude da produção acadêmica, terá como base os documentos oficiais do MEC, restringindo-nos ao Ensino Médio.

CRISE SOCIOAMBIENTAL, EDUCAÇÃO E ENSINO DE HISTÓRIA

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN - 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 20, n.1, p. 17-27 , 2015

A Terra passou por muitos percalços ao longo da sua existência. Foi a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial e o uso, em larga escala, dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, que se desenhou a atual crise socioambiental, a qual tem como característica o fato de ser global, incorporar e atingir todos os continentes, sociedades e ecossistemas planetários, além de dar novos significados às fronteiras geográficas, políticas e sociais.

É baseado nos estudos de Giddens e Beck (1997) sobre a *sociedade de risco* que vamos encontrar as características mais marcantes dessa crise. Conforme Giddens (1991), estamos alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes. O desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram um enorme potencial destrutivo em relação ao meio ambiente. Assim, face aos riscos do mundo globalizado, esse autor afirma: "O mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso. Isto tem servido para fazer mais do que simplesmente enfraquecer ou nos forçar a provar a suposição de que a emergência da modernidade levaria à formação de uma ordem social mais feliz e mais segura." (1991, p.19)

Com base no exposto, Beck e Giddens desenvolvem a noção de *modernidade reflexiva*. Conforme Beck:

> Na sociedade de risco, o reconhecimento da imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial exige a auto-reflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da 'racionalidade'. No autoconceito da sociedade de risco, a sociedade torna-se reflexiva (no sentido mais restrito da palavra), o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para ela própria. (1997, p.19)

Dessa forma, a modernidade, ao olhar para si de forma crítica, cria as condições para um debate público sobre os problemas socioambientais, bem como configura-se como instrumento de mobilização e organização política da população frente aos perigos que ameaçam a vida presente e a possibilidade de uma vida futura com dignidade. Assim, "[...] o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica [...]" (BECK, 1997, p.12)

De acordo com a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (EA), ocorrida em Tbilisi, em 1977:

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 20, n. 1, p. 17-27, 2015

> [...] cabe à Educação ambiental dar os conhecimentos necessários para interpretar os fenômenos complexos que configuram o meio ambiente; fomentar os valores éticos, econômicos e estéticos que constituem a base de uma autodisciplina, que favoreçam o desenvolvimento de comportamentos compatíveis com a preservação e melhoria desse meio ambiente, assim como uma ampla gama de habilidades práticas necessárias à concepção e aplicação de soluções eficazes aos problemas ambientais. (DIAS, 2004, p. 107)

Os eventos posteriores ao de Tbilisi reforçaram a urgência na destinação de esforços para implementar a Educação Ambiental. No universo escolar brasileiro, ela está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais – com a introdução do Meio Ambiente como um dos temas transversais –, como também na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), cujos princípios básicos, estabelecidos no Art. 4º, são, dentre outros: o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais.

Percebe-se, portanto, que na Lei 9.795/99 ficam evidentes as bases epistemológicas a partir das quais compreendemos a Educação Ambiental, sem as quais não seria possível falar em um processo educativo que parta da realidade e dos saberes diversos que compõem o cotidiano. Estamos nos referindo ao *pensamento complexo* e à *interdisciplinaridade*.

O paradigma cartesiano produziu uma forma de saber, na qual a natureza foi instituída como um objeto passivo de conhecimento pelo sujeito humano, soberano e condutor desse processo cognitivo. Em nome da objetividade e da busca de um conhecimento que pudesse ser traduzido em leis gerais, afirmou uma visão dualista e mecânica do mundo e da natureza e produziu um conhecimento disciplinar, reduzindo a complexidade do real. (CARVALHO, 2004, p.116)

Conforme Morin,

> [...] se tentarmos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos esses aspectos, enquanto o pensamento simplificante separa esses diferentes aspectos ou unifica-os por uma

> redução mutilante. Portanto, nesse sentido, é evidente que a ambição da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. (2005, pp. 176-177)

Em síntese, para ele "há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto do conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade." (2006, p.38)

A disjunção entre as humanidades e as ciências, bem como a divisão destas em disciplinas hiperespecializadas, fechadas em si mesmas, fragmentam as realidades globais e complexas. O enfraquecimento da percepção do global fragiliza a responsabilidade e a solidariedade. (MORIN, 2006, pp.40-41)

Face ao exposto, a Educação Ambiental torna-se o fio condutor que unirá as ciências da natureza às do homem. É aí que entra a contribuição do profissional da História, haja vista que ele, no atual cenário político, encontra-se livre para rever a sua prática docente, pois conforme a nova LDB é finalidade da educação "o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho" (Art. 2º). No Art. 35º, que trata do Ensino Médio, esta lei prevê que esse nível de ensino terá como metas, dentre outras, "o aprimoramento como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico" e "a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos". (BRASIL, 1996)

De acordo com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, as aulas de História buscarão oferecer aos educandos possibilidades de desenvolver competências que lhes possibilitem refletir sobre si mesmos, assim como inserirem-se e participarem ativa e criticamente no mundo social, cultural e do trabalho. O objetivo primeiro do conhecimento histórico seria a compreensão dos processos e dos sujeitos históricos, o desvendamento das relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços. Assim, busca explicar tanto as permanências e as regularidades das formações sociais quanto as mudanças e as transformações que se estabelecem nos embates das ações humanas. Recomenda ainda que, "dada a complexidade do objeto de conhecimento, é imprescindível que se incentive a prática interdisciplinar". (BRASIL, 2006)

Isto posto, pode-se concluir que as prescrições pedagógicas para a história, presentes na legislação brasileira, vêm ao encontro da perspectiva de uma Educação

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 20, n. 1, p. 17-27, 2015

Ambiental crítica e emancipatória, a qual, segundo Lima (2005, pp. 128-129), caracteriza-se, dentre outras coisas, por: uma dimensão complexa e multidimensional da questão ambiental; uma defesa do amplo desenvolvimento das liberdades e possibilidades humanas e não-humanas; uma atitude crítica diante da crise civilizatória; um entendimento da democracia como pré-requisito para a construção de uma sustentabilidade plural; uma associação entre os argumentos técnico-científicos e a orientação ética do conhecimento, de seus meios e fins; um cuidado em estimular o diálogo e a complementaridade entre as ciências e as múltiplas dimensões da realidade entre si.

Destarte, se alertarmos para o fato de que a Educação Ambiental precisa ser trabalhada como um ato político, como poderíamos alijar o ensino de História desse processo de formação do sujeito ecológico? Por que não inserir nas aulas dessa disciplina informações sobre as relações que se estabelecem entre os humanos e o seu meio natural em diferentes tempos e espaços? Por que não "historicizar" o conceito de natureza, visto que ele é uma construção histórica e que varia de acordo com espaços e tempos?

Enfatizamos que o professor de história, na atualidade, deve estar sensível a essa discussão, face à complexidade do presente e ao risco de um futuro catastrófico. Para Hobsbawn:

> [...] Sabemos que por traz da opaca luz da nossa ignorância e incerteza de resultados detalhados, as forças históricas que moldaram o século continuam a operar. Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos. Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode seguir ad infinitum. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar. (2005, p. 562)

Tentativas no sentido de ampliar os objetivos da História já existem e cada vez mais se concretizam através da História Ambiental, a qual, para o Donald Worster,

> [...] rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma

> espécie distinta e 'super-natural', de que as conseqüências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas. **A velha história não poderia negar que vivemos neste planeta há muito tempo, por desconsiderar quase sempre esse fato, portou-se como se não tivéssemos sido e não fôssemos realmente parte do planeta. Os historiadores ambientais, por outro lado, perceberam que não podemos mais nos dar o luxo de sermos tão inocentes**. (WORSTER, 1991, p. 199. Grifo nosso)

Nesse sentido, essa vertente da História entra em choque com o pensamento positivista e reducionista. Representa, segundo Oliveira (2006), uma tentativa interdisciplinar de se entender o meio ambiente, ligando-o à história, e, a história, a ele. Uma história da natureza contada pelos homens e uma história dos homens contada pela natureza, sendo que ambas se complementam.

Não obstante todas essas evidências e possibilidades de interfaces do ensino de História com os estudos sobre o meio ambiente, esse debate parece ainda pouco familiar nas salas de aula. Para grande parte dos profissionais das ciências humanas, a disjunção entre natureza e sociedade ainda se mantém, e a Educação Ambiental parece ser vista apenas como a luta pela preservação da biodiversidade e, portanto, própria para os professores das ciências da natureza.

Outros fatores têm contribuído no sentido de desvincular os conteúdos de história e a Educação Ambiental na prática docente:

a- Ainda são tímidas as pesquisas e experiências sobre a relação homem-natureza numa perspectiva histórica. Mesmo que tenham sido feitas muitas publicações nas últimas décadas, trata-se, na maioria das vezes, de estudos de caso e direcionam-se, principalmente, a um público universitário.

b- O Ensino Médio geralmente é visto como uma etapa preparatória para uma seleção que permitirá o ingresso dos alunos na Educação Superior. Os vestibulares, em sua maioria, são conservadores e conteudistas, não exigindo dos candidatos à universidade uma perspectiva interdisciplinar. Dessa forma, cabe ao professor trabalhar todos os conteúdos que existem no programa, o que demanda tempo e pouca disposição para um debate mais amplo.

c- Os livros didáticos de História, mesmo que procurem se adaptar às exigências das leis e do mercado, são ainda muito superficiais ao tratar da temática ambiental. Ao discutir assuntos como a extração do pau-brasil e as produções açucareira, aurífera e cafeeira, por exemplo, raramente faz-se uma ligação dessas

economias às atuais condições socioambientais da Mata Atlântica. (SOUZA, 2006)

d- Muitos projetos de EA partem de análises e sensibilização sobre o local onde o público-alvo vive. Como a prática do ensino da história local ainda precisa ser ampliada, reduz-se a possibilidade de uma perspectiva interdisciplinar, o que é lamentável, pois os efeitos de ações devastadoras, como queimadas, aterros etc., poderiam ser mais bem compreendidos se estimulassem a população a tentar enxergar a história das transformações do meio ambiente local.

Face ao exposto, reafirmamos que a Educação Ambiental ainda continua caminhando lentamente no processo de efetivar mudanças nas atitudes e comportamentos humanos em relação ao ambiente. No atual contexto histórico e ambiental, as ciências humanas precisam deixar de ser vistas como "inúteis" do ponto de vista da vida prática e se esforçar em uma tentativa de entender as razões das crises e, em conjunto com os demais ramos do conhecimento, apontarem saída para um futuro próspero.

Apesar de alguns esforços, ainda precisamos avançar muito para que as teorias e as idéias saiam definitivamente do papel e dos discursos, o que não parece ser tarefa fácil, visto que, desde 1936, o primeiro-ministro inglês Winston Churchill afirmou que a era da procrastinação, das meias medidas, dos expedientes que acalmam e confundem, a era dos adiamentos está chegando ao fim. No seu lugar, estamos entrando na era das conseqüências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. p. 11-71.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. nº 9.394/96. 20 dez. 1996. Brasília-DF, 1996.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Nº 9.795.** In Diário Oficial da União, Brasília/DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Brasília-DF, 2006.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Nº 9.795.** In Diário Oficial da União, Brasília/DF, 28 abr. 1999.

CARVALHO, Isabel C. M. F. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

DIAS, Genebaldo F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FONTES, Virgínia. **Que hegemonia?** Peripécias de um conceito no Brasil. Reflexões impertinentes: história e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bomtexto, 2005

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. p. 11-71.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HOBSBAWM, Eric J. O presente como História. In: Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KLABIN**,** Israel. **A urgência do presente**. Biografia da crise ambiental. São Paulo, Campus-Elsevier, 2011.

LACOUTURE, Jean. A História Imediata, Companhia das Letras, 2007.

LAGROU, Pieter. A História do Tempo Presente na Europa depois de 1945: como se constituiu e se desenvolveu um novo campo disciplinar. **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, Ano 4, Nº15, Rio de Janeiro, 2009.

LE GOFF**,** Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994

LIMA, Gustavo F. da C. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: BAETA, Anna Maria B.; LOUREIRO, Carlos F. B.; SOFFIATI, Arthur. **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 109-141.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 11 ed. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2006.

OLIVEIRA, Rogério R. **Ações do homem e o meio ambiente**. Entrevistadora: PRIMO, Virgínia. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/noticias/editorapucrio/autores/autores_entrevistas_rogerio_ribeiro.html> Acesso em: 21 abr. 2007

SATO, Michele. **Educação ambiental**. São Carlos: RiMa, 2002.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. **Revista Historiar**, ano I, n. I. Atualidade da história do tempo presente, Sobral, UEVA, 2009.

SOUZA, Francisco das C. S. **Práticas interdisciplinares:** o meio ambiente nos livros didáticos de História para o Ensino Médio. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RN, 2., 2006, Caicó. Anais... Natal, ANPUH, 2006. 1 CD.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.